

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 402
Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2018

“PRECISAMOS ESCUTÁ-LOS”

Papa Francisco encontra com representantes de povos indígenas da América Latina em Puerto Maldonado, no Peru, afirmando que eles “nunca estiveram tão ameaçados” e que “precisamos escutá-los”, em reflexão endereçada à Igreja e ao conjunto da sociedade mundial.

Páginas 8, 9 e 10

Os estragos do governo Michel Temer na política indigenista, em 2017...

Páginas 3, 4, 5 e 6

... e o que estará em jogo para os povos indígenas neste ano

Páginas 2 e 7

O que esperar do Congresso Nacional para a causa indígena

Por Gilberto Vieira dos Santos, do Secretariado nacional – Cimi

A julgar pelas proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional, mormente na Câmara dos Deputados, o ano de 2018 promete ser de lutas no campo político e que demandará a costumeira resistência dos povos indígenas e de seus aliados frente às ameaças de um Parlamento conservador – com hegemonia dos parlamentares de perfil retrógrado.

Num breve olhar para 2017, torna-se quase impossível antecipar, com precisão, o que virá se consideramos a criatividade macabra dos “deputados anti-indígenas”, como os povos tradicionais já os denominaram. No ano findo há pouco, esses deputados, em sua maioria da chamada bancada ruralista, utilizaram-se de estratégias diversas na busca de abocanhar as terras indígenas que tanto cobijam. Da articulação com o (des)governo do maître do cardápio ruralista, Michel Temer, para a publicação do Parecer 001/2017, ou buscando, a toque de caixa, emplacar um projeto para legalizar o arrendamento de terras indígenas para o agronegócio, o menu teve amplas opções.

O argumento dos ruralistas de que o arrendamento já é uma prática foi desmontado pelos indígenas, como bem expressou a liderança Kaingang ao afirmar que “o arrendamento tem causado muito conflito e expulsão de indígenas dessas terras”. Uma amostra desse “diálogo” sobre o tema ficou bem evidenciada quando, no dia 18 de outubro passado, indígenas foram recebidos com bombas, gás lacrimogêneo e prisões ao tentar participar de uma audiência que tratava dos tais arrendamentos.

A consistente lama de 2017, que por certo respinga ainda neste ano, pode ser vislumbrada em um fato: muitas das proposições que tramitam no Congresso Nacional e que retrocedem em séculos os direitos dos povos são justamente de autoria dos deputados e deputadas ruralistas.

Dando nome aos bois: os deputados Nilson Leitão (PSDB-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC), Alceu Moreira (PMDB-RS), Tereza Cristina (PSDB-MS), Luiz Carlos Heinze (PP-RS), entre outros, figuram na lista dos propositores do retrocesso no que diz respeito, principalmente, a direitos territoriais. Em levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário

(Cimi), verifica-se que pelo menos 33 proposições, que reúnem mais de 100 projetos, estão sendo levadas a cabo por um conjunto de parlamentares que, se não for em causa própria, legislam em defesa de específicos setores econômicos.

Os deputados Heinze, Adilson Sachetti (PSB-MT), Jerônimo Goergen (PSDB-RS), Nicias Ribeiro (PMDB-PA) e Paulo Bauer (PSDB-SC), autores de proposições anti-indígenas, receberam mais de R\$ 2 milhões da JBS e BRF. Heinz, Goergen e Alceu Moreira (PMDB-RS) também receberam mais de R\$ 250 mil da Phillip Morris, produtora de tabaco. Esses dados estão bem expressos no texto de Guilherme Cavalli, publicado na edição de outubro de 2017 do Porantim.

Não podemos esquecer que, neste ano eleitoral, o balcão de trocas entre Temer e os ruralistas tende a se intensificar e que articulações, como as ventiladas pelo ruralista e deputado Heinze, divulgada pelo Estadão, podem trazer “novidades”. Aliás, esse mesmo deputado foi quem antecipou as articulações entre ruralistas e governo Temer para a publicação do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), chamado de “Parecer Anti-demarkação”, que em desrespeito às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), obriga os órgãos do Executivo a aplicar a todas as demarcações de terras indígenas o marco temporal e as condicionantes estabelecidas pela Corte Suprema para o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR).

A evidência de que o Parecer 001 não trata das habituais burocracias estatais e está longe de “fortalecer as demarcações”, como defendeu a advogada-geral da União, já se materializou nos processos de despejo – caso dos ocorridos em dezembro, no Mato Grosso do Sul. Sem qualquer garantia e em total desrespeito aos direitos humanos, indígenas Terena foram retirados à força por policiais da Tropa de Choque, sob bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, enquanto suas casas eram destruídas por tratores.

Como afirma uma liderança Terena em matéria veiculada na edição de dezembro de 2017 do Porantim, e assinada pelo jornalista Renato Santana: a tese do marco temporal legaliza esses crimes, expulsões, assassinatos e genocídio, transformando a Constituição numa revista de piada.

Que neste ano possamos rir das vitórias dos povos e que as lágrimas sejam somente de alegria.

Intervenção militar começou nas aldeias

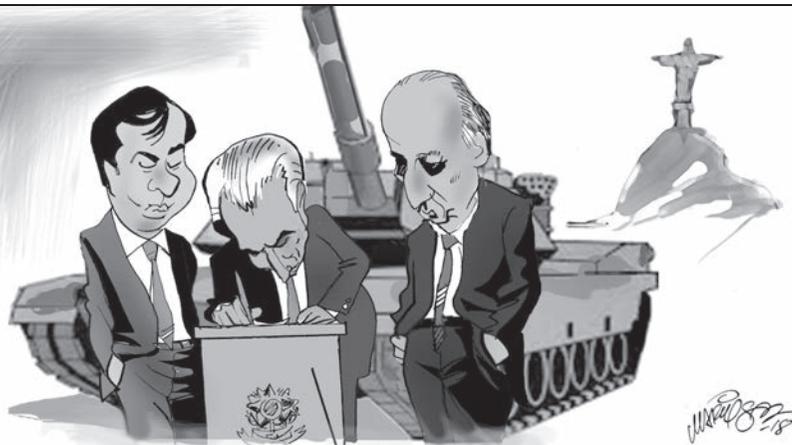
A intervenção militar no Rio de Janeiro, imposta pelo governo de Michel Temer sob a alegação de que a violência carioca fugiu do controle estatal, teve início nas terras indígenas Tupinambá de Olivença, na Bahia, e Nanderu Marangatu, do povo Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Também sob o pretexto de que os conflitos fundiários tinham saído do controle, o governo federal, na gestão da presidente Dilma Rousseff, mandou o Exército para os territórios. Tal como será no Rio de Janeiro com as comunidades pobres dos morros, os militares passaram seus dias a fiscalizar os indígenas impedindo-os de lutar pelos direitos territoriais com o dispositivo das retomadas – entretanto, aos milicos passaram despercebidas ações violentas contra aldeias Tupinambá e acampamentos Guarani e Kaiowá.

Assuntos indígenas viram questão de segurança pública

Em tempos de militarização da política e politização da Justiça, dizem que até a mobília do Ministério da Justiça está indo para o recém criado Ministério da Segurança Pública, que terá Raul Jungmann como ministro. A nova pasta será responsável pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Segurança Pública. Na prática, a questão indígena passa a ser tema de segurança pública. Ou seja, investigações de crimes contra os povos indígenas, por exemplo, que por lei são de responsabilidade da Polícia Federal, passam a cair na mesa de Jungmann. Bem como reintegrações de posse. Este ministério, aliás, possibilita o avanço da militarização, que os povos indígenas sabem bem o que significa.

Funai ainda mais fragilizada

O Ministério da Justiça perderá 75% de seu orçamento para o Ministério de Segurança Pública. Além da questão indígena virar assunto para a segurança pública, e de em 2016 ter visto recursos federais serem congelados pelos próximos 20 anos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) perde ainda mais força acelerando o processo de sucateamento em curso, depois de ter passado pela fagocitose ruralista. Se a Funai está fragilizada, imagina sem ter a seu lado ao menos a gerência do Ministério da Justiça, ao qual ela está vinculada, sobre assuntos vitais aos povos indígenas, como as investigações de crimes contra as aldeias e os despejos forçados – que hoje qualquer desavisado pode conseguir numa “Justiça Federal de primeira instância perto de você”, sob o mantra de que os índios não existiam mais em 5 de outubro de 1988.



Depois da intervenção nas Terras Tupinambá, Munduruku e Guarani Kaiowá, é só uma questão de ajustes técnicos para lidar com os selvagens urbanos...

Um governo de curto prazo e programado para devastar direitos

O ano de 2017 foi marcado, no âmbito indigenista, por uma política deplorável, fascista, predatória e devastadora dos territórios levada a cabo pelo governo Temer

Por Roberto Antonio Liebgott, coordenador do Cimi Regional Sul

Imposto pelo mercado, o governo Temer devasta os direitos individuais e coletivos dos mais pobres; ataca e depreda os territórios dos povos indígenas e quilombolas para abastecer os cofres dos mais ricos. O neoliberalismo parece ter alterado – no Brasil – uma de suas premissas: a de se fazer, através do Estado, a gestão das desigualdades. Pretende, com isso, melhorar os rendimentos do mercado e favorecer os setores da economia que enxergam na terra e no meio ambiente apenas as potencialidades para a lucratividade, contrapondo-se, portanto, a qualquer iniciativa de proteção e preservação dos recursos naturais.

A cada período – sempre que há uma crise econômica – o sistema capitalista se ajusta no sentido de ampliar sua capacidade de exploração e obtenção de lucros. No Brasil, em função dos graves problemas políticos e econômicos desencadeados nos três últimos anos, os “empreendedores” decidiram que para a lucratividade plena e incessante, o Estado deveria fazer ainda mais concessões nas esferas legislativas, econômicas e jurídicas. Ou seja, os neoliberais querem que o país lhes dê liberdade absoluta para explorar as terras, a natureza, as águas, a agricultura, a pecuária, os minérios, o comércio, os serviços, os preços, os investimentos, os juros e a mão de obra barata.

Se antes a orientação era fazer a gestão das desigualdades – assegurando a existência de financiamento público para o atendimento das necessidades de uma população empobrecida e sem condições de competir, inclusive para que essa condição não fosse deflagradora de revoltas – agora a regra é expandir



Movimento indígena é impedido de entrar na Câmara Federal para acompanhar audiência sobre arrendamentos de terras tradicionais

as possibilidades de lucro inclusive nestes segmentos, com bens e serviços expropriados. De forma enfática, explorando ainda mais do trabalhador, restringindo e desregulamentando direitos. Para atingir tal empenho promove-se a cooptação dos governantes, dos políticos e do judiciário e, se mesmo assim estas concessões não forem suficientes, passa-se ao regime de exceção e repressão política, jurídica e militar.

É neste cenário da economia e da política que encontramos algumas das razões para os graves e profundos retrocessos legislativos, constitucionais, jurídicos, sociais e trabalhistas. De modo muito acelerado, estamos sendo conduzidos a um regime de exceção e repressão. Aqueles que se contrapõem ao governo e suas políticas acabam sendo perseguidos

e criminalizados. Nunca como antes, para usar uma expressão bem popular, as polícias, promotores, os juizes, os tribunais, a grande mídia e o fundamentalismo político e religioso foram tão essenciais para a manutenção e segurança da ordem estabelecida pelo sistema. Os povos indígenas compõem, junto com outros setores da sociedade, os núcleos de resistência a esse sistema de exploração.

Eles, povos e comunidades, na medida em que agem e reagem contra os retrocessos e contra as violações aos seus direitos fundamentais acabam sofrendo, de modo mais intenso, os impactos do regime de exceção e repressão. Entende-se, portanto, o sucateamento e a inoperância dos órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas; entende-se porque os recursos orçamentários sofreram restrições e o congelamento por 20 anos; entende-se porque os direitos constitucionais são relativizados; entende-se porque há uma seletividade de pessoas, dividida em classes sociais, necessárias para a reprodução do sistema a aquelas que são as sub-existent, que não importam, não interessam e por isso são descartáveis.

Os povos indígenas estão entre aqueles considerados descartáveis. Se legalmente puderem ser descartados, seus territórios se tornam viáveis para a exploração dos monocultivos agrícolas, da pecuária, dos minerais, madeira e energia. A vida e o modo de ser dos povos indígenas, assim como das demais comunidades tradicionais, não contam para o sistema, não somam ao governo, não agregam força política. Ao contrário: aqueles que eventualmente assumem o compromisso com seu dever constitucional de assegurar-lhes os direitos territoriais e étnicos têm sofrido represálias políticas e jurídicas.

Os povos indígenas compõem, junto com outros setores da sociedade, os núcleos de resistência a esse sistema de exploração



Povos indígenas do Tocantins durante Encontro de Agroecologia: construindo autonomias para fortalecer a luta



A sede da AGU, em Brasília, foi alvo de protestos contra o Parecer 001, também chamado de Parecer Antidemarcação



Indígenas Guarani e Kaiowá em ritual às portas do STF

A partir deste quadro mais amplo, é possível avaliar o ano de 2017 no âmbito da política indigenista do governo Temer e dos seus mantenedores. Uma política deplorável, fascista, predatória e devastadora dos territórios, dos recursos ambientais e das águas. Uma política propositadamente implementada para aniquilar com os direitos dos povos indígenas e suas perspectivas de vida e de futuro. Uma política engendradora dentro de quartéis e nos gabinetes de ruralistas e fundamentalistas religiosos. Uma política que tem uma face de perversidade porque se impõe pela força bruta e pela repressão, consolidando-se no que passo a denominar de antipolítica.

O sucateamento programático do órgão indigenista oficial para a estruturação de uma antipolítica indigenista no país

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vem sendo, ao longo dos anos, alvo de críticas por parte dos povos indígenas em função de sua ineficiência e morosidade na condução da política indigenista, mas também sofre pressões e perseguições dos ruralistas pelo fato de ela ter a obrigação legal de atuar em prol dos direitos indígenas, em especial no tocante a sua obrigação de proceder aos estudos de identificação e delimitação daquelas terras que são caracterizadas como sendo pertencentes aos indígenas. Por conta dessa atribuição, a Funai acabou, juntamente com o Incra, sendo objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados.

Ocorre que neste último período de governo o órgão indigenista passou a ser orientado e conduzido por segmentos que são historicamente anti-indígenas – os empresários do agronegócio, da mineração, do ruralismo, do fundamentalismo religioso e de militares. Estes definem como a Funai deve atuar e conduzem a política de governo destinada aos povos indígenas, portanto, realizam uma antipolítica. Se anteriormente havia morosidade nas ações, agora ocorre um planejamento estratégico visando a inviabilização da Funai enquanto estrutura de Estado para desenvolver as políticas e a proteção dos povos e seus territórios.

As consequências dessa antipolítica se refletem na paralisação de todas as demarcações de terras, nas restrições orçamentárias para as ações e serviços nas áreas, no abandono das atividades voltadas à proteção dos povos em situação de isolamento e risco, a fiscalização das terras demarcadas, em especial na Amazônia, que estão sendo alvos de desmatamentos, de incêndios

criminosos, invasões de madeireiros, garimpeiros, caçadores, pescadores e grileiros. A antipolítica pretende, neste contexto, inviabilizar o usufruto das terras pelos indígenas e, neste sentido, passa a ser instrumentalizada pelos ruralistas para planejar e implementar o que eles denominam de parcerias agrícolas, que nada mais são do que a tentativa de legitimar os arrendamentos de terras – o que é inconstitucional, visto que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e o direito sobre elas é imprescritível (art. 231, § 4).

Se antes havia morosidade nas demarcações, agora ocorre um planejamento estratégico visando a inviabilização da Funai

A antipolítica impôs, no âmbito da administração pública federal, através do Parecer 001/2017 da AGU, as 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol/PET 3338 e a tese do marco temporal da Constituição Federal de 1988; a antipolítica coopta indígenas para fazer com eles mesmos façam a defesa dessas pautas com o intuito de tirar o foco dos algozes ruralistas, militares e fundamentalistas; a antipolítica conduz a questão indígena para o caos absoluto, embora a sua sede em Brasília esteja localizada dentro de um Shopping Center, no Eixo Monumental, próximo à Esplanada dos Ministérios.

A Sesai, o loteamento político dos cargos e a plena terceirização dos serviços aos povos indígenas

Ao examinar os dados orçamentários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pode-se concluir que todas as análises acerca dos povos indígenas são mentirosas. Parece haver um descompasso entre aquilo que se fala, se observa e os dados. Os recursos destinados para a saúde indígena em 2017 chegam a cifras de quase R\$ 1 bilhão e 500 mil. Portanto, não parece ser a inexistência de dinheiro a causadora dos problemas dos indígenas na saúde. E talvez não seja efetivamente. Ocorre que a política é terceirizada; apenas três organizações controlam grande parte das ações e serviços nas áreas indígenas.

O gerenciamento se dá de forma desarticulada, sem avaliação e análise dos planos distritais de trabalho, sem fiscalização das atividades desenvolvidas e sem controle social por parte dos indígenas. Além disso,

nos últimos meses, os cargos de chefias no âmbito das coordenações dos distritos de saúde foram todos loteados e entregues a pessoas ligadas ao PMDB e PP, partidos com políticos presos e denunciados pelo Poder Judiciário. Em geral estes ocupantes também lotearam os cargos menores; a saúde indígena acabou submetida aos interesses dos cartéis políticos. A atenção básica em saúde, que já era frágil, tornou-se inexistente.

Toda a cadeia do Subsistema de Saúde Indígena está prejudicado. As atividades voltadas para o saneamento básico permaneceram paralisadas; ações e serviços no âmbito das garantias alimentar e nutricional parecem abandonadas e as consequências ficam evidentes com a prevalência de desnutrição e anemia em crianças e mulheres. Em função das transformações nos estilos de vida das comunidades associadas às frequentes relações com os não índios, muitas pessoas adultas sofrem de obesidade, hipertensão arterial e diabetes por conta da má alimentação dominada por carboidratos – massas, bolachas, arroz, açúcar, salgados e refrigerantes. Tal quadro de insuficiência de vitaminas, proteínas e fibras se torna ainda mais grave com a inexistente ou parca distribuição de cestas básicas, o que evidentemente tem comprometido a subsistência alimentar daquelas comunidades que vivem em acampamentos, às margens de rodovias ou em terras degradadas.



Damiana Guarani Kaiowá, liderança do Apyka'i, enterra mais uma parente à beira da BR-463



Tiago Miotto/Cimi

– Supremo Tribunal Federal, em Brasília, contra o marco temporal



Ana Mendes/Cimi

Akroá-Gamella ferido após ataque sofrido pelo povo, na Baixada Maranhense

Toda a cadeia do Subsistema de Saúde Indígena está prejudicado. As atividades voltadas para o saneamento básico permaneceram paralisadas

Não há água potável em algumas destas comunidades, e sem água é impossível haver saúde. Com a ausência de ações preventivas percebe-se o aumento de doenças infecciosas e parasitárias como principal causa de mortalidade, juntamente com a tuberculose – e esta se destaca como uma das mais importantes causas de morbimortalidade indígena em todo o país. Tais doenças, de um modo geral, apresenta coeficientes de incidência superiores aos observados na população brasileira como um todo. Outra endemia que se sobressai no perfil epidemiológico dos povos indígenas é a malária, principalmente entre as populações situadas na região Norte, oeste do Maranhão e norte do Centro-Oeste.

No tocante às perspectivas, se pode dizer que o quadro tende a se agravar para o próximo ano, pois os partidos que lotearam a Sesai ficarão mais ambiciosos diante do calendário político que se avizinha e os recursos para as ações e serviços serão também objetos de cobiça em função das eleições majoritárias e para o parlamento. Sobre a terceirização, o Ministério da Saúde anunciou que esta prática será ampliada com a abertura de editais para que outras organizações possam disputar convênios e prestar serviços em saúde. Essa prática – da terceirização mais ampla – vai gerar alguns novos problemas: a demissão de agentes indígenas de saúde e recontrações por remunerações menores, contratação de profissionais com salários inferiores aos atuais e a flexibilização de todos os demais direitos trabalhistas aproveitando-se da reforma trabalhista e da lei da terceirização, aprovadas por Michel Temer.

Ministério da Justiça e suas proposições para restringir ou negociar os direitos constitucionais dos povos indígenas

O ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim, cuja carreira política foi consolidada junto ao regime militar (1964-1985), não se furtou em receber delegações indígenas, ao assumir a coordenação do ministério, porque as batidas à porta eram convertidas em oportunidade para a exposição de algumas questões relevantes ao governo, mas preocupantes para os indígenas. Jardim não negou, de pronto, que os povos têm direitos constitucionalmente consagrados na Carta Magna. Não repetiu o erro de seu antecessor, o ruralista Osmar Serraglio. No entanto, sempre que pode defende a necessidade de se fazer negociações entre o governo e os “afetados” pelas demarcações de terras e com isso resolver pendências e contradições nos procedimentos demarcatórios. Nesta negociação, de pronto, ficam de fora os principais interessados, os povos, suas comunidades e lideranças, os indigenistas da Funai e outros segmentos de apoio aos indígenas.

Para o governo federal, terras que estão em vias de demarcação precisam de revisão para saber se atendem as teses anti-indígenas

Pelo que se pôde perceber, ao longo do ano, o ministro absorveu algumas teses do meio ruralista – com quem tem sempre interlocução, sendo ele um interlocutor do setor com o governo – tal como a imposição das 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, o marco temporal da Constituição de 1988, as parcerias agrícolas ou o arrendamento de terras. No entender do ministro, as terras que foram demarcadas ou que estão em vias de demarcação precisam, antes de tudo, de revisão para saber se atendem ou não às teses e perspectivas anti-indígenas.

Jardim tenta dosar na questão indígena o que o Estado tem apresentado como característica conjuntural: aparência de normalidade constitucional para medidas de exceção e autoritárias, nada democráticas. O ministro mantém sob seu controle todas as demandas de demarcação de terras e como consequência não permite que ocorra qualquer tipo de avanço demarcatório. Ele tem na Funai um presidente de sua confiança (um coronel das Forças Armadas, as quais serviu como civil na ditadura) e um grupo de servidores indicados por políticos das bancadas fundamentalista, ruralista e da mineração. Tem ainda como interlocutores preferenciais os empresários do agronegócio e da mineração, com quem dialoga e define suas estratégias para a antipolítica indigenista.

Há um complô dentro do governo federal para inviabilizar as demandas indígenas e impor uma agenda de ações paliativas e desconectadas das realidades de luta, das dificuldades e desafios das comunidades. Se trata de um complô institucional, pois passa pela Presidência



Povo Terena

Projéteis utilizados pela Tropa de Choque em reintegração de posse contra retomada Terena

da República e sua Casa Civil, percorre a Esplanada dos Ministérios, o Congresso Nacional, onde os ruralistas atuam fortemente contra os direitos indígenas, passando por alguns gabinetes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, então, chega-se até à Advocacia-Geral da União (AGU) onde darão forma às propostas para explicitar como estas serão incorporadas pela administração pública. Em sequência, com o complô já formalizado, toma-se o caminho do Shopping Center, onde está localizada a sede da Funai, a quem o governo determina que atitudes e ações sejam efetuadas para convencer os povos indígenas – especialmente os mais revoltados com a situação de violações de seus direitos – a aderirem à antipolítica.

Há um complô dentro do governo federal para inviabilizar as demandas indígenas e impor uma agenda de ações paliativas

As teses anti-indígenas foram tratadas e constituídas por um conjunto de setores públicos e privados tendo em vista a apropriação das terras e de todos os seus bens ambientais, hídricos e minerais. A AGU, a quem compete defender a União e todos os seus bens, colocou-se ao lado destes setores fazendo uma gestão – jurídica – de teses que se contrapõem aos direitos indígenas e às próprias atribuições legais dos serviços que legalmente deveria prestar. Foi nessa toada que a AGU editou um parecer (Parecer 001/2017) vinculando-o de modo absurdo e arbitrário – já que em lugar nenhum do mundo um parecer técnico, jurídico ou qualquer outro parecer pode ser vinculante – a toda a administração pública, estabelecendo, portanto que as 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol e o Marco Temporal da CF/1988 orientem todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas.

Com este parecer, a AGU legisla em defesa dos interesses privados e em detrimento dos interesses da União, já que é responsabilidade da União proceder a demarcação de terras indígenas e como consequência as terras demarcadas passam a compor o seu patrimônio. A AGU age, na prática, de forma ilegal e chega a ser perversa porque submete os povos indígenas, a quem deveria fazer a defesa, a condição de sujeitos sem direito, ou com direito desde que comprovem que estavam na posse da terra por eles reivindicada no dia 05 de outubro de 1988, caso nela não estivessem – por fatores diversos tais como expulsão, perseguição, racismo, massacres – ou não a estivessem disputando física ou jurídica – tese do renitente esbulho – eles perdem o direito a terem direito. A AGU, em síntese, propõe o esbulho, por particulares, dos bens da União.

CPI para desencadear um processo de criminalização de lideranças indígenas e de indigenistas

A bancada ruralista no Congresso Nacional criou a CPI da Funai e do Inca. O objetivo era de desqualificar as ações e serviços em prol dos povos indígenas e quilombolas e criminalizar todos aqueles e aquelas que se colocaram na defesa das demarcações das terras e reforma agrária. Essa CPI, motivada inclusive a pedido, no ano de 2013, pela então ministra-chefe da Casa Civil, a senadora Gleisi Hoffmann, em uma audiência na Câmara dos Deputados, para que fossem investigadas as ações da Funai no tocante aos procedimentos de demarcações de terras, especialmente aquelas localizadas Paraná, onde era, na época, a sua base eleitoral.

Com o Parecer 001, a AGU legisla em defesa dos interesses privados e em detrimento dos interesses da União

Os ruralistas que antes estavam atrelados ao governo do Partido dos Trabalhadores, se uniram com o governo de Michel Temer e decidiram pela criação da CPI. Depois de quase dois anos de tramitação (com duas CPIs) se aprovou um relatório final pedindo o indiciamento de mais de 100 pessoas, em sua maioria composta por militantes e lideranças que lutam pela demarcação de terras indígenas, quilombolas e reforma agrária. O relatório final da CPI foi encaminhado para as autoridades, tais como Polícia Federal e Ministério Público Federal. Mas como a Funai, depois de Michel Temer, foi loteada pelos mesmos parlamentares que conduziram a CPI e passou a gerir as ações anti-indígenas, os encaminhamentos relativos a CPI acabaram relegados a um segundo plano.

O Poder Judiciário e as teses do marco temporal

Durante o julgamento, pelo STF, das ACO 362/MT e ACO 366/MT, em 16 de agosto de 2017, prevaleceu nos votos dos ministros a argumentação de que o direito dos indígenas é congênito e primário sobre os territórios, independentemente de título ou reconhecimento formal, estabelecido no sistema legal brasileiro pela Lei das Terras (Lei nº 601/1850). Para os ministros do STF, o indigenato não se confunde com a ocupação ou com a mera posse. O indigenato é a fonte primária e congênita da posse territorial; é um direito congênito, enquanto a ocupação é título adquirido. O indigenato é legítimo por si, “não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, como fato posterior, depende de requisitos que a legitimem”.

Para Badin, “a relação dos índios com suas terras não se rege pelo direito privado. Não se trata de simples poder de fato exercido sobre o imóvel, regulado nos termos do Código Civil, mas, sobretudo, do habitat de um povo, isto é, daquele conjunto de fatores sociais, políticos e ambientais que são necessários ao desenvolvimento equilibrado e harmônico de uma sociedade humana. Ou seja, trata-se da terra como parte da herança cultural de um povo, transmitida dos pais para os filhos. Isso é menos que um poder de fato no sentido do Código Civil”.

Os ruralistas que antes estavam atrelados ao governo do PT, se uniram com o governo de Michel Temer e decidiram pela criação da CPI

Os ministros também reafirmaram que o marco temporal usado no caso Raposa Serra do Sol (Pet. 3388/RR) não era para limitar o direito às terras pelos índios, mas para depurar sobre esse direito, o qual é feito, como bem salientado por todos os ministros, através do laudo científico antropológico. O ministro Luiz Edson Fachin falou sobre a nulidade de títulos e a existência dos direitos dos índios antes mesmo da existência de qualquer outro direito: “A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a consagrar o direito dos índios à posse de suas terras, disposição repetida em todos os textos constitucionais posteriores, sendo entendimento pacífico na doutrina que esse reconhecimento constitucional operou a nulidade de pleno direito de qualquer ato de transmissão da posse ou da propriedade dessas áreas a terceiros (...)”.

Portanto, não há dúvida acerca da resolução da matéria, o que assegura ao tema uma inquestionável resolução pela mais alta corte jurídica do Brasil. Ou seja, a posse indígena é constitucional, não se perde nos casos de esbulho, expulsões e violência cometidas contra o patrimônio dos índios, vedado o reducionismo hermenêutico em detrimento do direito dos povos tradicionais. E o único meio eficaz de dizer desse direito e fazer prova sobre ele, é pela via da ciência antropológica. Quanto ao marco temporal e as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, não se põe mais em discussão.

Os povos em situação de isolamento e risco

Há que se fazer referência, no contexto da antipolítica indigenista atual, sobre a grave realidade de povos que vivem em situação de isolamento e risco nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso. Com os cortes orçamentários o governo federal comprometeu as ações de fiscalização e proteção dos territórios de mais de 90 povos isolados, submetendo-os à condição de vítimas de um provável processo de genocídio. No decorrer do ano de 2017, circularam informações e denúncias de que ocorreram massacres de indígenas e que estes foram praticados por garimpeiros, caçadores, madeireiros. Os fatos precisam ser investigados e caso sejam verdadeiros o governo federal deverá ser responsabilizado, pois foi este governo quem incentivou a ocupação e invasão das áreas para a exploração garimpeira, madeireira, de pescadores e caçadores.

Comunidades em contexto urbano

Milhares de famílias indígenas vivem nas cidades. Elas buscam melhores condições de vida. No entanto, a realidade dos indígenas é de pobreza, pois enfrentam graves dificuldades de conseguir emprego. A principal renda, na atualidade, vem do artesanato. Apesar das condições adversas eles procuram viver em comunidade, mesmo que estas estejam nas periferias das cidades, como São Paulo.

Os povos precisam se unir para enfrentar o regime de repressão e de exceção em curso, pois não devem calar as vozes e esvaziar as lutas

A antropóloga Lúcia Helena Rangel, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, confirma que é comum os indígenas, mesmo em áreas urbanas, viverem em comunidade. “Conforme vai passando o tempo, vem um, vem outro e mais outros, as famílias acabam se juntando em determinado bairro, ou em uma periferia que ninguém morava, e os indígenas foram morar”, diz a antropóloga que é assessora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Tal realidade ocorre em quase todas as capitais do país e nas grandes cidades. O urbano chegou, em definitivo, até os povos indígenas e isso gera uma série de problemas e de demandas por políticas públicas. Mas não se percebe, da parte do Estado, nenhuma preocupação em acolher, através de políticas diferenciadas, esta enorme população.

Sinais de esperança, lutas articuladas com outros setores

Neste contexto de adversidades, onde o Estado se une com os inimigos dos povos para deles retirar direitos, há um caminho a ser seguido: retomar as pautas comuns de luta e resistência contra a exclusão e a repressão. Há que se fortalecer as assembleias dos povos, unindo as diferenças, expondo as propostas pela garantia dos territórios e para combater o racismo, a intolerância, a criminalização e a repressão. As assembleias devem expressar a articulação da resistência no contexto de lutas dos povos originários das Américas e dos africanos na diáspora. Deve-se, para caminhar na unidade, estabelecer uma agenda unitária, onde serão apontadas as necessidades, expectativas e esperanças dos povos articuladas aos direitos consagrados na Constituição Federal.

Os povos precisam se unir para enfrentar o regime de repressão e de exceção em curso, pois não devem calar as vozes e esvaziar as lutas, apesar dos governos enxergarem os povos como estorvo ao desenvolvimento e, portanto, alvos da violência e do genocídio. Precisamos ir além do processo eleitoral e defender uma agenda comum de defesa de direitos, seja qual governo e qual formação tenha o parlamento brasileiro, após o processo eleitoral de 2018.

Combater as injustiças e abraçar-se em torno das causas sociais, populares, étnicas e territoriais, são atitudes que dão sentido à nossa vida e que promovem a esperança de que uma sociedade plural e no Bem Viver de todos é possível. Mas há muito a fazer, especialmente para combater a intolerância, o racismo institucional e para resistir às investidas dos inimigos que querem tomar, à força, os territórios dos povos indígenas. ♦



Povo Guarani e Kaiowá do tekoha Jeroky Guasu, no Mato Grosso do Sul, resistem aos despejos

2018: a estratégia anti-indígena na fase da barbárie racionalizada no Brasil

Por Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Cimi

O ano 2018 apresenta-se extremamente perigoso e desafiador para os povos indígenas no Brasil. Os assassinatos dos professores Marcondes Namblá Xokleng, a pauladas, e Daniel Kabinxana Tapirapé, apedrejado, nos estados de Santa Catarina e Mato Grosso, respectivamente, no mês de janeiro, e a queima da base de proteção na terra indígena Karipuna, em Rondônia, e o despejo extrajudicial com práticas de tortura contra famílias do povo Kaingang, pela polícia militar do Rio Grande do Sul, em fevereiro, dão mostras inequívocas de que o patamar de violências e violações contra os povos, seus membros e seus direitos, alcançou um nível de envergadura insuportável no país.

Embora distantes uns dos outros, os casos acima referidos estão intimamente ligados ao mesmo fio condutor das ações anti-indígenas em curso e, infelizmente, tudo leva a crer que não serão os únicos em 2018. Temos alertado, insistentemente, acerca da existência e implementação de uma estratégia anti-indígena no país por parte de setores do Capital, nacional e transnacional, que atuam no campo brasileiro, que se beneficiam e fortalecem, cada vez mais, o modelo do agronegócio Brasil a fora. Tais setores do Capital, com seus rígidos tentáculos, se apossaram e dominam poderes do Estado brasileiro, fazendo do mesmo um apêndice de seus interesses privados sempre mais privilegiados e protegidos.

A estratégia anti-indígena em curso tem provocado uma espiral de violações que chega, neste ano de 2018, numa fase onde a barbárie contra os povos é praticada sem remorsos por “indivíduos comuns” e por forças armadas do próprio Estado.

Os discursos racistas e de incitação ao ódio multiplicados por membros da bancada ruralista e seus asseclas, na esteira de suas recorrentes iniciativas contra os povos e seus aliados, ao longo destes últimos anos, estão produzindo e servindo como mecanismo de defesa psicológica, a racionalização, das barbaridades cometidas contra os povos. Na cabeça dos agressores tudo aparenta ser ‘justificado’ pelo fato dos agredidos serem indígenas. O mesmo raciocínio é aplicado relativamente aos direitos e, inclusive, aos aliados dos povos junto à sociedade brasileira. Os riscos decorrentes desse mecanismo de pseudo-justificativas à barbárie são incalculáveis e imprevisíveis.

O perigo a que os povos estão submetidos é potencializado exponencialmente por iniciativas do próprio Estado brasileiro, que, como aferimos acima, tem sido movimentado pelo e em função dos interesses do Capital nacional e transnacional. Neste sentido, pontualmente, destacamos iniciativas de poderes do Estado brasileiro que continuarão provocando grande impacto sobre os povos indígenas neste ano de 2018. Do poder Executivo, o Parecer Anti-demarcação 001/17 da Advocacia Geral da União/Temer; a paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas; o estrangulamento orçamentário e a instrumentalização política da Fundação Nacional do Índio (Funai) aos interesses do funda-



Indígenas Pataxó protestam em Brasília contra o Parecer Antidemarcação, da AGU

mentalismo religioso e do agronegócio. Do Legislativo, a Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 215/00; a cooptação de lideranças e a tentativa de legalizar a exploração externa das terras indígenas. Do Judiciário, as reintegrações de posse; a negativa do acesso à justiça aos povos e a sombra do Marco Temporal, especialmente em instâncias inferiores.

Além disso, está evidente a estratégia do agronegócio e seus representantes locais de promoverem o loteamento, a comercialização, o apossamento e a exploração de fato dos territórios indígenas já regularizados. Com a omissão e a conivência do governo federal já amplamente demonstradas, é grande o perigo de que ocorra um enraizamento e um alastramento dessas práticas ilegais no estado de Rondônia e noutras unidades federativas.

Nesse cenário, os riscos da prática de despejos extrajudiciais contra comunidades indígenas e da ocorrência de genocídios e etnocídios estão fortemente colocados. Massacres de grupos isolados já tem sido denunciados e novos casos são potencialmente iminentes.

Por evidente, os povos indígenas tem mantido uma postura de forte oposição, de enfrentamento e pró-ação frente às agressões sofridas, razão pela qual ao menos parte das iniciativas anti-indígenas tem sido barradas ou seus efeitos postergados. Diante do agravamento da situação conforme acima mencionado, aumenta também a importância, a necessidade e a urgência de mobilização e incidência política dos povos indígenas e de seus aliados em todos os níveis. A revogação do Parecer anti-demarcação da AGU/Temer, a retomada dos processos de demarcação das terras, o impedimento da aprovação da PEC 215/00, dos despejos judiciais e extrajudiciais, do enraizamento e do alastramento

da posse e exploração ilegal das terras indígenas já regularizadas, o alcance do acesso à justiça, o ‘enterramento’ da tese do Marco Temporal são alguns dos desafios mais prementes que certamente continuarão motivando e potencializando a luta política, jurídica e social dos povos indígenas no Brasil ao longo do ano.

O ano 2018 impõe ainda um desafio adicional aos povos no campo da luta institucional já que há pela frente uma disputa eleitoral nos estados e em âmbito nacional.

Na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2015, houve uma evidente ampliação das forças políticas representativas do agronegócio, o que provocou efeitos práticos nocivos aos povos tanto no âmbito do poder Legislativo, quanto do Executivo ao longo destes anos. A manutenção deste quadro ou, pior, o seu agravamento na próxima legislatura poderá significar a efetivação de retrocessos estruturantes relativamente aos direitos dos povos indígenas no Brasil. Por isso, a disputa de espaço político, palmo a palmo e a todo tempo, deve abranger também esse aspecto da disputa institucional, sem que isso signifique abrir mão da luta política, jurídica e social em torno de questões comuns e concretas. O desafio, neste campo, colocado aos povos é ocupar esses espaços institucionais de modo decolonial, já que os riscos de assédio e ‘captura’ de lideranças por partidos políticos marcadamente inimigos de suas causas é bastante significativo.

Enfrentar e derrotar a estratégia anti-indígena posta em prática por grupos políticos econômicos que servem aos interesses do Capital nacional e transnacional é condição para a superação do estado de Barbárie racionalizada contra os povos originários no Brasil e, portanto, para a perpetuação dos projetos de vida e futuro destes povos. Vamos à luta. ♦

Papa Francisco

“Os povos amazônicos originários nunca estiveram tão ameaçados como estão agora”

Em encontro com indígenas no Peru, Papa Francisco alertou para as ameaças aos direitos e à vida dos povos indígenas e defendeu uma Igreja com rosto amazônico. Delegação de indígenas brasileiros participou do encontro

“Que agora sejam vocês mesmos que se autodefinam e nos mostrem sua identidade. Precisamos escutá-los”, afirmou o Papa Francisco à multidão de indígenas do Peru, do Brasil e da Bolívia que participavam do encontro em Puerto Maldonado, cidade localizada na região da Amazônia peruana, na manhã do dia 19 de janeiro.

Do Brasil, saindo de nove estados diferentes, especialmente da região amazônica, 90 representantes indígenas de mais de 30 diferentes povos ajudaram a compor o imenso mosaico de povos que, reunidos no ginásio central de uma Puerto Maldonado de ruas vazias de carros e cheias de gente, ouviram Papa Francisco ecoar muitas de suas denúncias com um discurso aguçado.

Recebido com cantos, danças e apresentações de diversos povos do Peru, Francisco primeiro ouviu lideranças indígenas da Amazônia peruana. As passagens da encíclica *Laudato Si* que falam sobre os povos indígenas foram lidas em espanhol e nos idiomas dos povos Nahuá, Quechua e Ashuar. Em uma cadeira de rodas, Santiago Manuin, liderança indígena do povo Awajún que foi gravemente ferida em um confronto em 2009, vestiu o Papa com colares e um cocar.

“Desejei muito este encontro. Obrigado pela sua presença e por nos ajudarem a ver mais de perto, nos seus rostos, o reflexo desta terra”

Em meia hora de fala, Francisco foi enfático ao clamar por respeito aos direitos e à vida dos povos indígenas e ao criticar as visões utilitárias sobre a floresta amazônica.

“A Amazônia é uma terra disputado em várias frentes: por um lado, o neoextrativismo e a forte pressão de grandes interesses econômicos que apontam sua ganância sobre petróleo, gás, madeira, ouro, monoculturas agroindustriais”, alertou, e por outro, a “perversão de certas políticas que promovem a conservação da natureza sem levar em conta o ser humano”, que acabam “gerando situações de opressão aos povos originários para quem, deste modo, o território e os recursos naturais que nele existem se tornam inacessíveis”.

“É preciso um especial cuidado para não deixarmos enganar por colonialismos ideológicos disfarçados de progresso, que pouco a pouco ingressam dilapidando identidades culturais e estabelecendo um pensamento uniforme, único e débil”

Crítica aos “novos colonialismos”

“Nós, que não habitamos estas terras, necessitamos da sua sabedoria e conhecimento para podermos entrar, sem destruir, o tesouro que esta região encerra”, afirmou Papa Francisco.

Opondo as práticas de Bem Viver dos povos indígenas ao que chamou de “neoextrativismo” e “novos colonialismos”, o pontífice criticou aqueles que os veem como entrave ao desenvolvimento.



Francisco recebeu presentes de indígenas e foi vestido com adornos do povo Awajún



Antes de ver o Papa, indígenas brasileiros encontraram-se com povos da Bolívia e do Peru, em encontro da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam)



Do Brasil, denúncia contra políticas anti-indígenas

Partindo de Rondônia e do Acre, a delegação brasileira no Peru foi formada por cerca de 90 indígenas, de mais de trinta diferentes povos e de nove estados do país.

Apesar da predominância de povos da Amazônia – representada por indígenas do Acre, de Rondônia, do Pará, do Amazonas e do Mato Grosso – indígenas de regiões tão diversas como Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul também participaram da delegação.

A diversidade se refletiu no documento que os indígenas elaboraram para entregar ao Papa, denunciando de forma ampla as diversas políticas anti-indígenas de que têm sido alvo recentemente no país.

“O Estado brasileiro declara guerra aos povos originários que lutam por justiça e o direito de viver dignamente como seres humanos”, afirmam no documento.

Eles denunciam o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o corte de orçamentos para a fiscalização e proteção de áreas indígenas, a paralisação das

demarcações de terras e a adoção do marco temporal por meio da Portaria 001/2017, da Advocacia-Geral da União (AGU), assim como a criminalização e a repressão de lideranças indígenas.

A violência contra povos e comunidades também é denunciada, destacando a violência contra as mulheres. “Quando o Estado não respeita os direitos dos povos indígenas as mulheres são as que mais sofrem, pois elas que cuidam dos seus filhos e casas”.

“O nosso direito ao território é um direito sagrado e não recuaremos um palmo de terra retomada. Somos povos originários desta Terra e exigimos respeito!”, ressalta a carta.

Cinco representantes do Brasil chegaram a ingressar na área reservada do Coliseu, próxima ao Papa Francisco, mas, em função do forte esquema de segurança, não puderam entregar sua carta ao pontífice naquele momento. O documento foi então entregue ao Arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do Cimi, Dom Roque Paloschi, que se comprometeu a fazê-lo chegar ao Vaticano.



Papa Francisco ouviu e falou com lideranças indígenas em Puerto Maldonado, no Peru

Fotos: Tiago Miotto/Cimi



No caminho até o Coliseu Madre de Dios, indígenas brasileiros entoaram cantos e gritos de "Demarcação Já!", "Fora Temer!" e "PEC 215 não!"

"Para alguns, vocês são considerados um obstáculo ou um estorvo. Na verdade, vocês com suas vidas são um grito à consciência de um estilo de vida que não consegue dimensionar seus próprios custos. [...] A Amazônia, mais que uma reserva da biodiversidade, é também uma reserva cultural que deve ser preservada diante dos novos colonialismos".

“Sua presença nos lembra que não podemos dispor dos bens comuns ao ritmo da ganância e do consumo”

Violência contra as mulheres e povos isolados

Outros temas ainda foram destacados criticamente pelo pontífice em sua fala. "A violência contra as adolescentes e contra as mulheres é um clamor que chega ao céu", afirmou, chamando atenção para o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e os abusos sexuais, em muitos casos ligados aos garimpos ilegais que devastam territórios indígenas.

Também pediu a todos que sigam defendendo os povos indígenas em isolamento voluntário, os "mais vulneráveis dentre os vulneráveis".

"O resquício de épocas passadas obrigou-lhes a se isolarem até de suas próprias etnias, iniciaram uma história de cativeiro nos lugares mais inacessíveis da floresta para poder viver em liberdade. Sigam defendendo a estes irmãos mais vulneráveis", conclamou.

"O reconhecimento destes povos, assim como de todos os povos originários, nos lembra que não somos possuidores absolutos da criação", alertou.

Francisco ainda pediu que os organismos internacionais retomem a pressão contra países que seguem promovendo políticas de esterilização de mulheres indígenas.

"Assusta o silêncio porque mata", prosseguiu. "Vocês são a memória viva da missão que Deus nos encomendou a todos: cuidar a Casa Comum. A defesa da terra não tem outra finalidade que não seja a defesa da vida".

Saberes indígenas

A valorização dos saberes tradicionais dos povos originários foi um tópico recorrente em várias passagens do discurso do Papa.

"Escutem aos anciões, por favor, eles tem uma sabedoria que lhes põe em contato com o transcendente e lhes faz descobrir o essencial da vida", afirmou, para então fazer referência ao texto da encíclica *Laudato Sí* e alertar sobre o grave risco de desaparecimento de culturas inteiras.

Além da referência aos saberes resguardados pelos anciões, Francisco também destacou o importante papel dos jovens indígenas "que se esforçam por fazer, de seu próprio ponto de vista, uma nova antropologia e trabalham para reler a história de seus povos a partir de sua perspectiva".

Fazendo novamente menção a passagens da encíclica *Laudato Sí*, o Papa disse considerar imprescindível "um diálogo intercultural no qual vocês sejam os principais interlocutores, sobretudo na hora de avançar em grandes projetos que afetem seus espaços".

“Não fazer de suas culturas uma idealização de um estado natural nem tampouco uma espécie de museu de um estilo de vida do passado. Sua cosmovisão, sua sabedoria, tem muito a ensinar aos que não pertencemos à sua cultura”

"Rezem por mim"

Ao anunciar a realização do Sínodo da Amazônia em 2019, o Papa afirmou que deseja uma "Igreja com rosto amazônico e uma Igreja com rosto indígena", reafirmando junto aos povos indígenas "uma opção sincera pela defesa da vida, defesa da terra e defesa das culturas".

"Confio na capacidade de resiliência dos povos e em sua capacidade de reação diante dos difíceis momentos que vivemos. Rezo por vocês e por sua terra bendita por Deus, e lhes peço, por favor, que não se esqueçam de rezar por mim", afirmou, antes de se despedir com a expressão "Tinkunakama" – "até um próximo encontro", na língua Quéchua.

DEPOIMENTOS



ILDEIDES PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE, da Bahia

“A gente vem com bastante dificuldade trazer um recado para o Papa, para voltar com nossa visão para nossa comunidade, com uma força maior, para que nosso território venha cada vez mais se levantar, se fortalecer com nossa cultura. O Papa quis alertar o mundo todo que os nossos direitos têm que ser tratados com mais atenção, com mais amor, mais de perto. Eu vi na fala dele que ele deu e vai dar muitas bênçãos a nosso povo e nossa luta. Acredito que a partir de agora nossas reivindicações vão ser mais vistas”



ELISEU GUARANI KAIOWÁ, do MS

“A fala do Papa é muito importante para nós, principalmente quando ele fala que os povos indígenas têm que ser respeitados, sua cultura, seu modo de ser. Só que isso no Brasil não acontece, o Estado brasileiro está ameaçando os povos indígenas de todos os lados, enquanto as empresas, fazendeiros, garimpeiros estão invadindo as terras indígenas - e aqueles que lutam pelos seus direitos são perseguidos. Isso está acontecendo diariamente”.



ANTÔNIO CURUPINI, Munduruku Cara-Preta, do Pará

“Estivemos reunidos com muitas representações de povos da Amazônia, povos resistentes. Infelizmente, os governantes não respeitam nossos direitos. Nós viemos dizer e mostrar para o Papa a nossa organização. Ele também falou a respeito dos grandes projetos, que causam um grande desespero para nós, povos indígenas, são coisas que enfrentamos na região do Tapajós. Madeira, grilagem, soja, portos, tudo isso são preocupações para nós. Por isso, achamos importante ele dizer que é a favor dos povos originais da Amazônia”.



KANINARI APURINÃ, do Amazonas

“Foi muito gratificante a troca de experiências. O Papa é uma representação mundial, e ele sabe muito bem o que acontece conosco, povos indígenas. Quando ele fala que os povos estão mais ameaçados que nunca, penso nos governos que estão atuando e principalmente nos que vêm pela frente. Nunca a demarcação de nossas terras foi feita de boa vontade. Muitos parentes morreram, outros lutam até hoje, estão com seus netos lutando. Os jovens têm que ir para o embate, sem ter vergonha de dizer quem a gente é”.



ELI FIDELIS KAINGANG, Rio Grande do Sul

“Nosso país, de norte a sul, de leste a oeste, onde tem indígenas, hoje todos vêm passando por uma repressão muito grave, pelas mãos dos governos. A preocupação nossa, hoje, como lideranças, é com o futuro da nossa juventude. E a gente quer que os governos tenham uma responsabilidade forte e pesada sobre isso, que em todas as regiões acabe essa história de matar índio, devido à cobrança que indígenas vêm fazendo pelo direito aos seus territórios”.



ROSA GUARASUGWE, de Rondônia

“Esse encontro teve muita importância, pelo fato de chamar o mundo para ver a realidade dos povos indígenas hoje. Viemos trazer a nossa realidade, em que o Estado brasileiro está retirando direitos que foram conquistados – especialmente dos povos que nem chegaram a conquistá-los, porque não são reconhecidos pelo Estado, como é o caso de muitos povos ressurgidos em Rondônia. Desde a colonização até hoje, nós vivemos resistindo, e é por meio disso que os povos indígenas se mantêm: a resistência”.



LETÍCIA YAWANAWA, do Acre

“A ameaça aos direitos dos povos indígenas, a violência, a questão territorial, terra para ser demarcada, a questão da [Proposta de Emenda Constitucional] PEC 215, que é uma iniciativa que tem sido uma preocupação muito grande. E nós, mulheres indígenas, também queremos colocar que a questão da violência contra as mulheres indígenas tem aumentado e há retrocesso do governo nessa questão. Não queremos cair na invisibilidade, porque existimos e somamos com nossos líderes. Colocamos isso no documento, a nossa preocupação era levar isso para o Papa”



LUCAS MURA, de Rondônia

“Agradeço esse momento. Nossa cultura está fragilizada pela questão territorial, que leva ao afastamento da criança e do jovem, que têm que ficar indo para a cidade, fica invisibilizado, perde a língua... a importância da gente estar no movimento é também fortalecer os outros jovens, o futuro da nossa resistência, semear a cultura através do contato, saber resgatar, trabalhar todo esse contexto de afastamento”.



KUM'TUM AKROÁ-GAMELLA, do Maranhão

“O encontro reuniu muitos povos da Bolívia, Peru, Brasil, e estar no meio dessa diversidade de cores, de sons, é algo que enriquece a gente. É uma diversidade que está interligada por problemas que são comuns, tendo a luta pelo território como uma pauta urgente de todos os povos da América Latina. A fala do Francisco repercutiu o grito que os povos fizeram ecoar, da luta contra a violência, contra o genocídio. É uma palavra que a gente espera que tenha repercussão junto aos governos e que leve a própria Igreja a adotar posturas mais proféticas, mais ousadas em defesa dos povos indígenas”

Atentado contra cacique Krikati é resultado do sucateamento da Funai, diz presidente de Condisi

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Quando a moto sofreu o impacto e caiu arrastando-se pelo asfalto, o cacique João Grossar Krikati não esperou para ver ferimentos ou quem eram os ocupantes do automóvel que o derrubou; embrenhou-se na mata, num trecho da MA-280, perto do antigo povoado de Tiosque, entre os municípios de Sítio Novo e Montes Altos, sudoeste do Maranhão. A emboscada ocorreu no sábado, dia 6, já na altura da Terra Indígena Krikati, homologada com 144.775 hectares, mas alvo permanente da cobiça de madeireiros, garimpeiros e ocupada por dezenas de famílias não indígenas.

Um grupo Krikati de Guardiões da Floresta encontrou a moto do cacique, depois de horas de seu desaparecimento. Desta maneira puderam rastrear seu caminho na mata e resgatá-lo de volta à aldeia São José – uma das seis que compõem a terra indígena. “A Funai (Fundação Nacional do Índio) está sucateada, era para quem poderíamos recorrer. O atentado é resultado disso. Existe um ambiente onde podem invadir a terra indígena que não tem problema. O cacique é um dos mais corajosos na defesa do território. Costuma combater os invasores, não deixa tirar madeira. Tem sido assim no Maranhão com quem defende a terra”, afirma o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Cry’cry Krikati.

Não há informações sobre a identidade dos indivíduos que o atacaram, da mesma forma que nunca se soube a autoria do assassinato a pauladas de Nogueira Krikati, em julho do ano passado. Na ocasião, a morte de Nogueira encerrou os primeiros seis meses de 2017 com algo nunca visto entre a população de 1200 indígenas do povo Krikati: 15 mortes relacionadas a causas inseridas exclusivamente ao contexto de violências e violações a que estão submetidos; três suicídios, um assassinato e 11 falecimentos decorrentes do alcoolismo.

“Como sabiam a hora que o cacique passaria? Como sabiam quem era, já que estava de capacete? Estamos sem nenhuma segurança. A Funai praticamente não atua mais, está sem recursos. Somos forçados a fazer nossa própria defesa e fiscalização do território. Então estamos nos tornando alvos constantes, criminalizados, perseguidos”, explica Cry’cry. Os Krikati pedem investigações por parte da Polícia Federal e uma atuação mais incisiva da Funai no sentido de ajudá-los a combater os invasores.

Desintrusão

Em 11 de maio do ano passado, os indígenas Otávio Filho Krikati e Daniel Filho Krikati, ambos da aldeia Arraia, pescavam no açude de uma das fazendas incidentes na área demarcada quando escutaram disparos de arma de fogo na direção em que estavam. Por sorte, não foram atingidos. Temendo novos disparos, os indígenas se deitaram no chão e esperaram. A fazenda estava vazia, mas uma decisão judicial tomada no ano anterior incentivou o retorno dos antigos ocupantes. Sucessivas intervenções judiciais tumultuaram o processo de desin-

“Como sabiam a hora que o cacique passaria? Como sabiam quem era, já que estava de capacete? Estamos sem nenhuma segurança. A Funai praticamente não atua mais, está sem recursos. Somos forçados a fazer nossa própria defesa e fiscalização do território. Então estamos nos tornando alvos constantes, criminalizados, perseguidos”



Encontro dos povos indígenas do Maranhão

trusão – trazendo consequências que resvalam no recente atentado ao cacique João Grossar Krikati.

Os Krikati tiveram seu território declarado como terra indígena em 8 de julho de 1992, com a publicação da portaria ministerial nº 328. Os estudos que delimitaram a TI Krikati não foram feitos somente pela Funai, mas por um perito nomeado pela Justiça Federal da 2ª Vara de São Luís, o qual reconheceu sua validade jurídica ao indeferir o pleito de 120 fazendeiros de Montes Altos, que entraram em juízo em 1981 para tentar o reconhecimento legal de seus títulos de propriedade

incidentes na área pleiteada pelos Krikati. A Justiça Federal não reconheceu como válidos os títulos.

Em 1989, a Funai cadastrou 563 ocupações na área delimitada para os Krikati, quando se constatou que em 161 delas os ocupantes não moravam no imóvel. Outras 256 ocupações foram estabelecidas entre os anos de 1979 e 1989 e, destas, ainda um total de 96 foram efetivadas somente nos anos de 1988 e 1989. Portanto, quase 50% das ocupações foram estabelecidas depois do início da ação judicial – o que caracteriza a má-fé destes ocupantes. Em 1999, a Funai iniciou o processo de desocupação dos não indígenas, com o pagamento das benfeitorias. No entanto, este processo segue pendente.

Em 24 de junho de 2014, a Justiça Federal determinou que tanto a FUNAI quanto a União se abstenham de praticar qualquer ato destinado à desocupação da área objeto da demarcação da Terra Indígena Krikati, até ulterior decisão judicial. No entanto, dois meses depois, o juiz federal Walisson Gonçalves Cunha fixou

o prazo para a retirada dos ocupantes não índios até dezembro do mesmo ano. Prazo não respeitado pelo governo federal. Em 11 de março de 2016, o juiz federal William Kem Aoki revogou a decisão anterior e convocou a realização de audiência de conciliação entre indígenas e fazendeiros.

Garimpo

“A morosidade do governo em cumprir com os prazos de desintrusão deu espaço para essas decisões da Justiça contra a retirada dos ocupantes não indígenas. Alguns saíram, muitos retornaram e outros mais chegaram. E nesse meio aumentou o número de madeireiros e agora garimpeiros”, diz Cry’cry. O Krikati explica que os Guardiões têm encontrado garimpeiros. “Os buracos ainda não são grandes e não sabemos o que tem, se é ouro, diamante ou outro tipo de minério. A questão é que tem cada vez mais gente vindo fazer buraco”.

Em junho do ano passado, a 1ª Vara da Justiça Federal de Imperatriz (MA) decidiu que um novo laudo pericial deverá ser feito para comprovar se a área da aldeia Arraia é tradicional. Trata-se do Bloco F da demarcação. Nele estão mais de 240 posseiros e fazendeiros de gado; uns ocupantes de boa-fé e outros não. A Funai começou a indenizá-los para completar a desintrusão, e muitos já tinham se retirado, mas voltaram. Na terra indígena vivem ainda indígenas Tenetehar/Guajajara.

“Ameaças, agressões e invasões aumentaram muito. Distante cerca de 200 metros da aldeia, um bar reúne diariamente toda a gente que costuma praticar violências contra os Krikati”, explica Edilena Krikati. No início de agosto de 2017, o cacique André Krikati, da aldeia Arraia, sofreu ameaças. “Entraram na aldeia e xingaram, disseram que iam me matar. Tememos pelas mulheres e crianças. Todo final de semana acontece a mesma coisa”, relatou o cacique André. ♦

“A morosidade do governo deu espaço para essas decisões da Justiça contra a retirada dos ocupantes não indígenas. E nesse meio aumentou o número de madeireiros e agora garimpeiros”

Professores indígenas assassinados mostram início de ano violento aos povos indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

“Se alguém conhece ou viu Daniel Kabixana, família dele muito desesperada procurando por ele, três dias sem dar notícia”, dizia a mensagem, em uma rede social, de um parente do professor Tapirapé encontrado morto a pedradas nesta segunda-feira, 29, no município de Confresa, distante 1.160 km de Cuiabá (MT).

Este é o segundo indígena assassinado nos primeiros 30 dias de 2018, entre as demais violências registradas.

Janeiro chega ao fim com dois professores indígenas assassinados – na virada do ano, Marcondes Namblá Xokleng, em Santa Catarina, e cerca de quinze dias depois, Daniel Kabixana Tapirapé. Além destas duas mortes, no dia 21 de janeiro Raimundo Saw Munduruku levou um tiro na perna em Itaituba (PA). Em Rondônia, no dia 30 de janeiro, uma aldeia foi invadida e incendiada. Apesar do costumeiro noticiário envolvendo episódios como estes, Brasil a fora, para os Tapirapé se tratou de algo relativamente novo.

Não há registros de crimes praticados por não indígenas contra o povo na história recente, o que assustou as aldeias. Mudanças sociais provocadas pelo fluxo da soja em Confresa e a discriminação racial são apontadas pelos indígenas e seus aliados como vetores da violência inédita para as gerações mais recentes, as quais o próprio Kabixana, de 37 anos, pertencia. “É muito triste que meu primo foi espancado de pedra por três pessoas não índio (SIC)”, diz uma Tapirapé.

Revolta: povo faz manifestação

Durante os 12 dias de desaparecimento de Daniel Kabixana, as aldeias da Área Indígena Tapirapé/Karajá e da Terra Indígena Urubu Branco se mobilizaram em sua busca, mas foram os próprios assassinos, dois homens e um adolescente, detidos no domingo, que levaram a polícia ao local onde corpo foi abandonado.

Uma irmã do Tapirapé, durante as noites de vigília, sonhou que ele estava perto de um ribeirão. “Por coincidência, esse ribeirão passa perto do local onde o corpo foi encontrado”, conta Eunice Dias de Paula, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que vive junto aos Tapirapé.

Daniel Kabixana foi enterrado na aldeia Hawalora, onde fica a escola em que lecionava matemática, na Área Indígena Tapirapé/Karajá, às margens do Rio Araguaia. Ele deixa esposa, Fabíola Maremoyo, também professora, e quatro filhas. O Tapirapé era formado em Ciência da Natureza e Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

“O fato dele ter sido morto a pedradas causa mais revolta ainda. Um Tapirapé disse: não se mata assim nem cachorro. Estão muito tristes e revoltados! É a primeira vez que acontece algo assim com um Tapirapé”, diz a missionária. Nesta terça-feira, 30, os Tapirapé e os Karajá realizaram uma manifestação em Confresa e em Porto Alegre do Norte.

Na cidade de Confresa, cerca de 50 indígenas cercaram o prédio da Polícia Civil e conforme a imprensa regional noticiou, “lideranças indígenas vasculharam o prédio na tentativa de localizar os suspeitos, os índios queriam levar os presos acusados do caso para aldeia onde faria justiça de acordo com a cultura deles (SIC)”.

Em depoimento à polícia, os assassinos declararam que viram Daniel Kabixana em um bar e decidiram roubá-lo. Levaram R\$ 20,00 e a moto do indígena, abandonada cerca de 1 km distante do lugar em que o



Daniel Kabixana

corpo foi encontrado. A esposa do professor confirmou a versão: em contato telefônico, o marido a informou que estava num bar assistindo a um jogo de futebol e logo iria para casa. Os três indivíduos seguem presos e serão acusados de latrocínio.

Crime como consequência

Entre 2015 e 2016, a BR-158, no trecho que atravessa a cidade de Confresa, foi asfaltada. A rodovia, desde então, passou a ser rota de escoamento de toda a soja do Mato Grosso com destino ao Porto de Itaqui, no Maranhão. “Dormem na cidade de 80 a 100 carretas, esperando vaga para o descarregamento no porto”, explica a missionária do Cimi.

Uma explosão de bares, drogas, exploração sexual e o aumento da violência passaram a fazer parte da rotina da população indígena e não indígena. São inúmeras dissociações que afetam a vida nas aldeias e as relações dos Tapirapé e Karajá com a sociedade que os envolve. A cidade construída por colonizadores sulistas “sofre com uma segunda colonização”, impulsionada por uma

monocultivo que apenas passa por ali e deixa um rastro de problemáticas antes de atravessar o oceano.

Os episódios diários se entrelaçam com algo presente nas cidades instaladas nas proximidades das terras indígenas: o racismo e a discriminação da população não índia contra os índios. “Principalmente contra os professores e agentes de saúde que recebem salários e vão à cidade bem arrumados e fazem compras”, afirma a missionária.

Conforme declaração de indígenas, há uma mentira disseminada na região de que basta nascer índio para receber do governo um salário mínimo. “Recebe salário na aldeia quem é professor, agente de saúde, quem presta serviço ao Estado”, dizem. Ouvem constantemente que no lugar de receberem esse “dinheiro fácil”, deveriam trabalhar. Roubá-los, portanto, seria quase como um ato de justiça.

A tal percepção se associa a questão da terra. “Houve muita reação dos políticos locais contra a vinda dos Tapirapé para o Urubu Branco em 1993/1994. Caravana de prefeitos e vereadores foram à Brasília para se manifestarem contra a demarcação da TI Urubu Branco”, lembra a missionária do Cimi.

Tanto a Área Indígena Tapirapé/Karajá quanto a TI Urubu Branco, demarcadas e homologadas nas décadas de 1980 e 1990, são acossadas por invasores; a primeira costuma receber a “visita” indesejada de pescadores, a segunda precisou ser recuperada pelos indígenas em 1993, onde hoje há sete aldeias, mas segue com invasores fixos – fazendeiros de gado e madeireiros.

Por conta das obras da BR-158, foi feito um plano de mitigação dos impactos na TI Urubu Branco. “Nenhuma das ações reivindicadas pelos Tapirapé não foi até hoje atendida”, explicam lideranças do povo. “Um dos pontos é a desinversão total da terra, que foi homologada em 1998. Ninguém saiu, seguem derrubando a floresta e fazendo pasto”, escreve um parente de Daniel Kabixana.

Os indígenas pediram, ainda, conforme laudo da empresa contratada pelo governo federal, a Ecoplan, a modificação do trajeto de uma estrada estadual, que passa dentro da TI, e a abertura de uma estrada, por dentro do território, para a área norte, onde se concentram os criadores de gado e madeireiros – o que facilitaria a fiscalização e combate aos invasores.



Na foto, datada do início do século XX, grupo Xokleng capturado e aprisionado por brancos chamados de bugreiros: violência contra o povo é secular



Volta do inspetor Mandacaru à aldeia Tapirapé, em 1912. Assassinato de professor marca retorno da violência à aldeia

Nota do Cimi em repúdio ao assassinato do professor Xokleng Marcondes Namblá

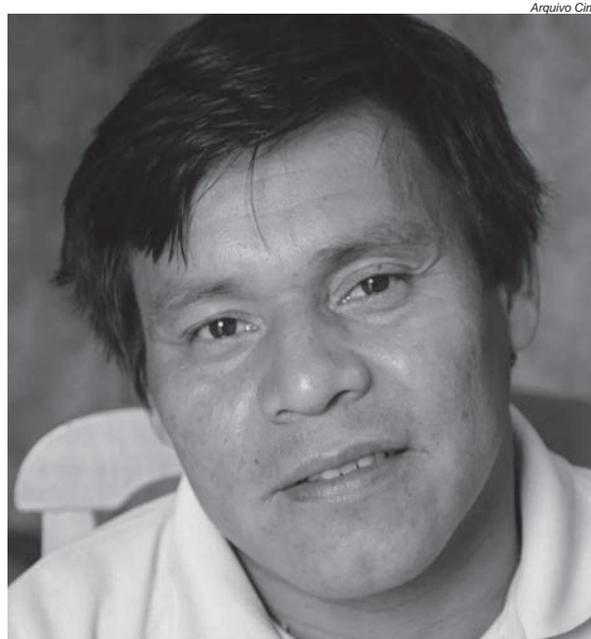
Marcondes era da Terra Indígena Laklãnõ, que fica no município de José Boiteux, no Vale do Itajaí. Era professor formado pela Universidade Federal de Santa Catarina

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul vem a público manifestar sua indignação e pedir agilidade nas investigações para apurar as circunstâncias, as motivações e os responsáveis pelo assassinato, na madrugada do dia 1º de janeiro de 2018, do professor Marcondes Namblá Xokleng.

O professor Marcondes era da Terra Indígena Laklãnõ, que fica no município de José Boiteux, no Vale do Itajaí. Marcondes foi espancado a pauladas na praia da Penha, no litoral norte de Santa Catarina. Era professor formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Conforme informações veiculadas pela imprensa, imagens de câmeras de monitoramento mostram o momento em que Namblá foi espancado por um homem que estava com um cachorro andando de um lado para o outro numa calçada, na Avenida Eugênio Krause, no bairro Armação. Em uma das mãos o homem portava um pedaço de madeira.

Marcondes, ao que parece, foi abordado pelo homem, ocasião em que trocaram algumas palavras. No momento seguinte, quando o indígena já se encontrava de costas para o agressor, este desferiu-lhe uma paulada na cabeça. Marcondes caiu no chão e o agressor, antes de fugir, covardemente continuou a desferir-lhe pauladas. Namblá foi encontrado desacordado por volta das 5 horas, quando então foi levado para atendimento no Hospital Marieta Konder Bornhaussen, em Itajaí, mas não



Marcondes Namblá

resistiu aos ferimentos. Conforme familiares, Marcondes, juntamente com outros indígenas, estava na praia para vender seus produtos.

O Cimi Sul vem alertando, ao longo dos últimos anos, sobre a onda de intolerância contra indígenas no litoral de Santa Catarina, especialmente manifestada por autoridades municipais que não aceitam o fato de os indígenas frequentarem as praias. E quando prefeitos, vereadores, secretários municipais e alguns meios de comunicação passam a veicular informação ou a proferir discursos contra os indígenas, uma boa parcela da população se sente legitimada a agir contra os indígenas, tentando repeli-los da região. No período do verão, os indígenas se dirigem ao litoral para a exposição e comercialização de seus produtos, especialmente o artesanato.

Cabe-nos, neste momento, lembrar do terrível acontecimento em Imbituba, litoral de Santa Catarina, no dia 30 de dezembro de 2016, quando o pequenino Vitor Kaingang, com dois anos de idade, acabou sendo degolado por um desconhecido, enquanto era alimentado

pela mãe. Passados dois anos, a vítima, dessa vez, foi um professor indígena morto a pauladas.

Alguns dirão que não há relação entre os dois crimes. O Cimi Sul, que acompanha os povos indígenas, suas lutas e desafios, vem denunciando que a intolerância tem aumentado significativamente nos últimos anos. As manifestações ocorrem em rede, especialmente através da internet, de alguns jornais, de alguns programas de rádios e televisivos, ferramentas que lamentavelmente acabam sendo usadas para estimular o ódio contra indígenas, negros e estrangeiros oriundos de países mais pobres.

No entender do Cimi há sim uma conexão entre o crime de Imbituba e de Penha porque são consequências do contexto de intolerância étnica e anti-indígena. Cabe ao poder público dar o exemplo e tentar, através das redes de justiça e do direito, extirpar esta tendência racista, homofóbica e xenofóbica que avança pelo país, mas especialmente na Região Sul.

O Cimi chama a atenção do Ministério Público Federal (MPF), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para a necessidade de ampliar o diálogo com as autoridades municipais – especialmente as situadas no litoral – para que acolham com respeito os indígenas e lhes resguardem os direitos de ir e vir, de frequentar as praias, de percorrerem avenidas, ruas e estradas. Que eles tenham o direito de comercializar seus produtos.

Por fim, há urgência no combate às violências físicas, mas é igualmente urgente coibir aqueles que propagam o ódio, a intolerância e o desrespeito ao modo de ser dos indígenas. Há que se combater o crime de racismo constantemente veiculado pelas redes sociais, inclusive nos sites de notícias. E para saber se estes crimes ocorrem, não há necessidade de muitas investigações ou pesquisas: basta ler alguns dos comentários que são postados abaixo das notícias que veicularam o assassinato do professor Marcondes Namblá.

Chapecó, SC, 03 de janeiro de 2018
 Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
 Regional Sul

Munduruku é baleado durante ação em defesa da Terra Indígena Praia do Mangue

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Raimundo Saw Munduruku correu com os demais, na tarde do dia 21 de janeiro, mas um dos tiros acabou acertando a parte posterior de sua coxa. O policial militar à paisana, suspeito de realizar os disparos, fugiu sem pagar o pedágio aos indígenas – acusados de obrigar a população a deixar dinheiro na aldeia para poder passar. Os valores são de R\$ 10,00 para carros e R\$ 5,00 para motos. O Munduruku foi levado para o hospital de Itaituba (PA) e não corre risco de morte. “O tiro era pra ter pegado na cara” e “parabéns ao policial”, comentam alguns moradores de Itaituba em uma rede social (veja também nas imagens).

Este é o resumo da notícia que correu na cidade localizada às margens do rio Tapajós e entrecortada por um dos trechos empoeirados da Transamazônica. “Fui vítima deles. Paguei 5 reais. Bando de pilantras”, diz outro comentário na mesma rede social. Vítima? A narrativa está longe de corresponder aos fatos. O ramal onde o ataque a tiros ocorreu rasga o interior da Terra Indígena Praia do Mangue, em Itaituba, homologada em 1986 com 30 hectares. O poder público nada fez, apesar dos protestos dos Munduruku, para coibir a invasão ao território.

Os *pariwat*, maneira como o povo Munduruku se refere aos não indígenas, usam a estrada de terra como via para acessar balneários, sítios e fazendas localizados do outro lado da área. Não há limites de velocidade, fiscalização para coibir motoristas embriagados e qualquer respeito ao fato de se tratar de um território tradicional. Em Itaituba, cujos bairros fazem divisa com a terra, o ramal é considerado uma rua como qualquer outra do município. Os Munduruku decidiram dar um basta e refrear a passagem descontrolada de estranhos com um pedágio. Desde então são ameaçados, inclusive pelo autor dos disparos, além de alvos comuns de racismo e preconceito.

“Se chegou no limite quando uma criança quase foi atropelada. Esse ramal passa por uma aldeia. O povo vive ali, as crianças brincam. É a casa, o quintal delas. A sociedade itaitubense entende errado nossa situação, postam acusações infames sobre nós, apontam para discriminação preconceituosa, ameaçam constantemente nas redes sociais. Tudo porque a ela não é passada a informação de que se trata de terra indígena, ou seja, área da União de usufruto exclusivo nosso”, diz Arlison Ikon Munduruku.

Conforme o indígena, os Munduruku utilizam o ramal para ir à roça, ao rio Tapajós e ao lago (atividades de pesca). “Em nossa aldeia não tem mais como caçar por se tratar de um território pequeno e a cidade cercou a aldeia dos dois lados, esquerdo e direito. Vivemos numa espécie de confinamento”, explica. Arlison Ikon diz que quando os *pariwat* voltam alcoolizadas das visitas aos balneários e sítios, causam transtornos e perigos variados aos Munduruku. “Uma via que nos serve para garantir algum sustento, locomoção interna e contato com o mundo exterior se tornou um transtorno. Por isso o pedágio: a ideia é usar o recurso para um fundo cujo objetivo é cercar a aldeia. Na primeira vez já houve confronto”.

Os Munduruku então decidiram consultar a Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com os indígenas, os servidores da Funai afirmaram que nenhuma lei os impede de fazer o pedágio na medida em que a passagem se dá no interior do território tradicional homologado. Conforme a Constituição Federal, uma terra indígena é de propriedade da União com usufruto exclusivo do povo que a ocupa. Os Munduruku, portanto, decidiram continuar com a iniciativa. Na segunda vez, há pouco mais de uma semana, o policial fez a primeira ameaça. Na ocasião, mostrou que andava armado.



Foto do site Giro Portal Itaituba do local onde o Munduruku foi baleado

No último final de semana, um novo pedágio foi realizado. Um grupo de Munduruku estava no local. O policial militar tentou passar sem pagar. Ao receber a negativa dos indígenas, deu ré no carro e sacou a arma de fogo apontando-a para o grupo, que se dispersou. Mesmo sem resistência, conforme os Munduruku, o policial fez os disparos atingindo a perna de Raimundo Saw. De acordo com a imprensa local, a declaração do atirador é de que ele se sentiu ameaçado pelos arcos e flechas dos indígenas.

Nova estrada

Na tarde do dia 22 de janeiro, os Munduruku estiveram reunidos com o prefeito de Itaituba, Valmir Climaco de Aguiar. Ficou decidido pelo fim dos

pedágios, mas com o apoio da Prefeitura que deverá instalar lombadas, sinalização, controle de acesso e policiamento até que uma nova estrada seja aberta para os *pariwat*. “O prefeito frisou que não se trata de uma rua do município, mas de área federal e que é preciso ter respeito ao lugar em moramos”, informa Arlison Ikon. “Caso não seja aberta uma outra estrada, vamos fechar a que passa no interior da nossa terra (...) Há um risco grande contra nossa comunidade. Não podemos aceitar que em algum momento uma criança nossa, ou qualquer outra pessoa, seja atropelada”. Para os Munduruku, a aldeia tem o direito de controlar quem entra e quem sai da terra – e qual o comportamento adequado deve-se ter quando nela estiver. ♦



Povo Xukuru de Ororubá na pisada ligeira da história

Por Leda Bosí, Setor de Documentação - Cimi

O livro, com poucas alterações, é uma publicação da Tese de Doutorado em História Social na Unicamp, março/2008, e originalmente intitulava-se *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. Fundamentado em pesquisa documental e em relatos de memórias orais de indivíduos Xukuru, procura-se compreender como esse povo, a partir das experiências vivenciadas, estabeleceu relações com a história e expressa as interpretações que faz do passado, em função das situações do presente. O trabalho mostra um amplo e significativo painel das lutas dos Xukuru de Ororubá pelo reconhecimento dos seus direitos às terras que reivindicavam e da importância que a memória transmitida oralmente teve no arcabouço dessas lutas. A partir do que foi relatado por um dos muitos entrevistados, Gercino da Silva, indígena que nasceu em 1924 e faleceu aos 83 anos em 2007, vemos como seu conhecimento transmitido pelos antepassados e a trajetória de sua vida são a expressão da história e da luta dos Xukuru desde o final do século 19, quando da extinção da aldeia de Cimbres. Amigo do cacique Xikão, assassinado em 1998, ele partiu e como o amigo “encantou-se”.

Na época da extinção do antigo aldeamento de Cimbres (1879), as terras estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e senhores de engenho. Muitas famílias indígenas perseguidas e expulsas se dispersaram pela região e a grande maioria passou a trabalhar em suas próprias terras tomadas pelos invasores onde moravam “de favor”. Acompanhando as memórias dos Xukuru, e de registros escritos, ficamos a par das conexões temporais entre as mobilizações indígenas pelas terras, nos anos 1980, e as ocorridas na década de 1950, quando os Xukuru conquistaram o reconhecimento oficial, com a implantação de um Posto do SPI na Serra de Ororubá. Na relação da memória em fins dos anos 1980, são lembrados os conflitos entre esse povo, que tinha direito às terras reivindicadas, e os fazendeiros. Foi nesse período que os indígenas repetidamente se reportaram a acontecimentos do passado, para legitimar seus direitos sobre o território. As memórias remetem ao século 19 quando da participação dos índios



Povo Xukuru na descida da Serra do Ororubá no tradicional 20 de maio, data que marca o assassinato do cacique Xikão Xukuru – que neste 2018 completa 20 anos

como voluntários da pátria, na Guerra do Paraguai, e o processo de extinção do Aldeamento de Cimbres, acima citado, na Serra do Ororubá. Ao afirmarem seus direitos sobre as terras onde habitam, os Xukuru dizem que esses direitos lhes foram garantidos pelo Governo Imperial, como recompensa pela participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai.

As memórias sobre a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai são relidas em diferentes contextos e pontuadas por acontecimentos, momentos e marcos por eles considerados fundamentais: a participação nessa guerra; a época da busca pelo reconhecimento do SPI, nos anos 1950; e, liderados pelo cacique Xikão, o período da mobilização para as retomadas das terras sob o domínio dos fazendeiros, nos anos 1980.

É significativa a lembrança da narração que Seu Gercino fez sobre o encontro dos Xukuru com a princesa Isabel ao retornarem da guerra. Em seu relato, foram os índios que, receando serem roubados pelos brancos, recusaram dinheiro ou carro oferecidos, e pediram, como recompensa, as terras onde habitam:

“Ela queria dar o dinheiro prá pagar. (...) ‘Bem, se é da senhora dar o dinheiro, o ouro nós não quer. (...) Os homem branco rouba, dar a coroa, eles carrega, dar a espada eles toma. Assim nós queremos em terra’.

Ela deu a terra. E essa aldeia aqui, essa aldeia aqui foi dada por ela’.

Os depoimentos das quase três dezenas de entrevistados, as memórias passadas de geração para geração, sobre a participação na Guerra do Paraguai, além de serem dados como justificativas para retomar suas terras, também fazem conhecer o terror que, no passar dos dias, os indígenas sentiam de ser recrutados, visto

as histórias que os que conseguiam voltar, relatavam. Houve muitas fugas e paralelamente intensificavam-se os meios violentos de recrutamento. Além da importância desses relatos, Edson Silva ouviu dos entrevistados, de um lado, toda a saga enfrentada por esse povo, a discriminação cultural, a perda progressiva do pedaço de terra que conseguiam, a destruição da colheita quando o fazendeiro usava a plantação como pasto para o gado, e, de outro, a transmissão do uso de plantas medicinais, os mutirões para o roçado, e as festas, estas de especial importância nas relações sociais. O Toré é lembrado por quase todos eles e era dançado em varias localidades na Serra do Ororubá.

Halbwachs, citado pelo autor: “Nos relatos das memórias orais dos Xukuru do Ororubá, é possível perceber outros momentos que expressaram o cotidiano, os espaços de sociabilidade criados na Serra do Ororubá, o significado de Cimbres como um espaço de referência da memória mítico-religiosa para a afirmação da identidade do grupo. (...) E ainda nas atividades exercidas para sobrevivência, por falta de terras, e em razão da seca, na lavoura canavieira na Zona da Mata Sul pernambucana, e Norte alagoana, ou nas plantações de algodão no sertão paraibano. São fragmentos colhidos de relatos individuais, de memórias autobiográficas mas que fazem parte de uma história coletiva, na medida em que toda memória individual se apoia na memória grupal, pois toda história de vida faz parte da história em geral.” (grifo nosso). ♦

**Professor efetivo no Centro de Educação/Col. De Aplicação na UFPE/ Campus Recife, além de outras atividades docentes. Desenvolve pesquisas junto ao povo indígena Xukuru de Ororubá (Pesqueira e Poção/PE).*

XUKURU-
Memória e
história dos
índios da Serra
do Ororubá
(Pesqueira/PE),
1950-1988
Edson Silva*,
Recife: Editora
UFPE, 2014.
357 p.

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

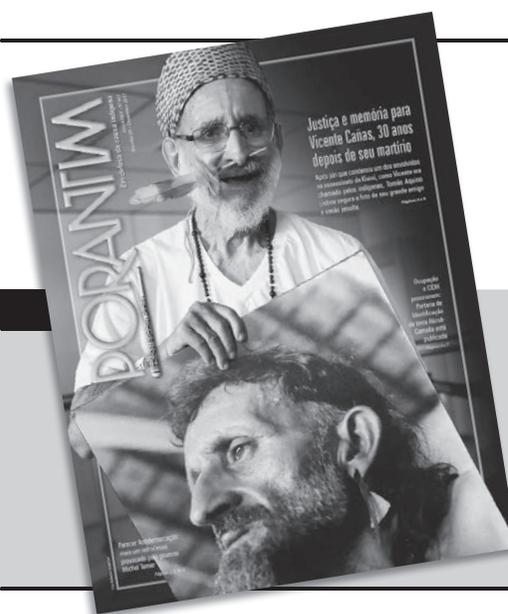
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

Ass. de apoio*: R\$ 100

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

* Com a assinatura de apoio
você contribui para o envio do jornal a
diversas comunidades indígenas do país

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

90 ANOS DE PROFECIA



Carta do povo Xavante de Marãiwatsédé a Pedro

Nós, Xavante de Marãiwatsédé, queremos te saudar com a simples homenagem, neste dia tão especial, e grande dia de aniversário, que nós Xavante nunca podemos esquecer. Sabemos que o senhor foi uma pessoa que nos apoiou, nos fortaleceu nessa nossa luta que tivemos para reencontrarmos a terra dos nossos antepassados, chamada Marãiwatsédé. Daqui da sede Suiá-Missú fomos retirados no ano de 1966, em 15 agosto. E no ano de 2004, em 10 de agosto, nós voltamos pelo apoio de vários órgãos não governamentais e governo federal. Nós lembramos muito bem que o senhor estava sempre pronto a nos atender nas nossas dificuldades, espirituais e também materiais. No espiritual o senhor estava sempre a nos acompanhar por meio de orações para que a nossa luta fosse acompanhada por Deus e que Deus nos encorajasse por meio da oração do senhor. No material o senhor se preocupou com a cestas básicas, até porque nós estávamos sem alimentícios e roupas já estragadas, mas o senhor estava ali para nos ajudar nessas nossas dificuldades. Sabemos disso, não podemos negar jamais, porque quem está com Deus ou quem Deus está com ele na

verdade sempre é vencedor. A ação de Deus é muito superior do que ação dos homens adversários.

Dom Pedro, nós queremos te homenagear com esta simples mensagem que fizemos para o senhor. Sabemos que o senhor foi muito... sempre a nos incentivar por meio das suas orações e por meio de seus cumprimentos de mãos, o senhor passou-nos a coragem para lutarmos em favor da nossa volta para a Terra Marãiwatsédé, que quer dizer Mata Medonha. Dom Pedro, para finalizarmos, queremos expressar que o senhor foi a coragem de Deus entre os homens, o senhor optou a estar do lado dos pobres e fracos nas lutas contra os poderosos e grandes latifundiários. Queremos ainda ressaltar a fala do senhor quando disse: "Se a Igreja esquece a opção pelos pobres, esquece o evangelho".

Parabéns Dom Pedro pelos 90 anos de idade, que Deus abençoe o senhor e recompense o seu trabalho e testemunho.

Aldeia Marãiwatsédé, 16 de fevereiro de 2018